

## CONGRESSO

Projeto prevê que acusado de lesar cofres públicos só será punido se constatada intenção do crime. Para relator, é preciso separar quem erra sem querer de quem age dolosamente

# Senado enfraquece Lei de Improbidade

» JORGE VASCONCELLOS

Por 47 votos a 24, o Senado aprovou, ontem, o projeto que enfraquece a Lei de Improbidade Administrativa. A proposta prevê que o agente acusado de lesar o patrimônio público só será punido quando comprovada a intenção de cometer o crime. Atualmente, é considerada improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que cause lesão ao erário. Outra mudança prevista para os casos dessa natureza é a redução, de oito para quatro anos, do prazo de prescrição — tempo que o Estado tem para aplicar sanções contra os responsáveis pelas irregularidades.

O Projeto de Lei (PL) 2505/2021, de autoria do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP), já havia sido aprovado na Câmara. No Senado, o plenário aprovou o parecer do relator, senador Weverton Rocha (PDT-MA), favorável ao projeto. De todos os partidos, apenas Podemos, PSDB, Cidadania, Rede e PSL votaram contra o texto.

O resultado da votação foi possível depois que Weverton apresentou modificações no parecer, acordadas na terça-feira durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em reuniões com senadores, lideranças da Câmara, prefeitos, representantes do Ministério Público e da sociedade civil. Antes de ir ao plenário, o texto foi aprovado ontem na comissão, em votação simbólica.

Em uma das mudanças, o relator definiu que a condenação em honorários de sucumbência ocorrerá apenas para os casos de comprovada má-fé. Ele também dilatou o prazo de transição para a manifestação do interesse do Ministério Público, de 120 dias para um ano. Em razão das alterações aprovadas pelos senadores, o projeto retorna para nova análise dos deputados.

O rol de crimes de improbidade administrativa inclui o enriquecimento ilícito, nepotismo e fraude em licitação. Os responsáveis podem ser punidos com a suspensão de direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade de bens e o ressarcimento do dano ao patrimônio

Waldemir Barreto/Agência Senado



**A gente vai separar os maus gestores que erram tecnicamente, mas sem vontade ou sem intenção de lesar o patrimônio público, dos que cometem o ato de improbidade que é o ato de corrupção"**

senador Weverton Rocha (PDT-MA), relator do projeto

público, além de sanções penais.

Weverton disse que a ideia do projeto é dar um tratamento diferenciado aos corruptos e aos que cometem irregularidades sem intenção. "A gente vai separar os maus gestores que erram tecnicamente, mas sem vontade ou sem intenção de lesar o patrimônio público, dos que cometem o ato de improbidade que é o ato de corrupção", disse o relator.

## "Vergonha"

Já Alessandro Vieira (Cidadania-SE) considerou o projeto um "retrocesso" e uma "pedrada" no combate à corrupção. "Esse projeto não é favorável à transparência, não é favorável à administração pública, não protege o bom gestor", disse o parlamentar.

Vieira também criticou o dispositivo que diminui o prazo de prescrição dos crimes de improbidade administrativa. Segundo ele, essa redução poderá levar ao arquivamento cerca de 40% das ações relacionadas a delitos dessa natureza e que estão em andamento. O senador afirmou que, por trás da proposta, está o interesse de proteger políticos investigados por suspeitas de irregularidades. Ele citou como exemplo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"Esse projeto, aprovado nos termos do relatório, vai arquivar, instantaneamente, processos que correm contra Arthur Lira, deputado e presidente da Câmara. Instantaneamente vamos mandar para o arquivo 40% das ações de improbidade que tramitam, inclusive de membros desta Casa. Tenho dificuldade em encontrar outra expressão que não

seja vergonha. Dá vergonha ver que está sendo um projeto em flagrante benefício daqueles que cometem erros", afirmou.

O projeto aprovado pelo Senado também retira da Lei de Improbidade Administrativa o ponto que classifica como ilícito a ação negligente na arrecadação de tributo ou renda e na conservação do patrimônio público. A proposta estabelece que só estará sujeito à lei quem agir ilícitamente e não negligentemente. Do mesmo modo, será preciso configuração de ilícito, e não apenas negligência, na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

Além disso, o projeto retira da Lei de Improbidade o trecho que classifica como ilícito liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a observância das normas, ou mesmo influir para a sua aplicação irregular. Também foram revogados os incisos que classificam como improbidade administrativa praticar ato visando a fim proibido em lei ou regulamento e retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.



## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



## O espetáculo da pandemia

Ninguém tem dúvida de que a CPI da Covid no Senado tornou-se o epicentro da disputa política entre governo e oposição na conjuntura marcada pelo novo coronavírus. Entretanto, a pandemia está sendo domada, na medida em que a vacinação avança, enquanto o desemprego e a alta da inflação, dos juros e da cotação do dólar começam a ser os fatores de maior repercussão na vida da população. Ou seja, a urgência política está mudando e a comissão começa a perder o protagonismo que tinha, apesar de o elevado número de óbitos por covid-19 ter se tornado um trauma que enluta mais de 600 mil famílias. É muita gente.

O depoimento do empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, ontem, na CPI, ilustra a nova situação, na sequência das espantosas revelações da advogada Bruna Morato, na terça-feira, cujo relato da rotina de ameaças a médicos da operadora de saúde Prevent Senior durante a pandemia foi estardalecedor. Enquanto Morato denunciou a falta de autonomia dos profissionais, a exigência da prescrição de remédios ineficazes e o envolvimento da empresa em um "pacto" com o chamado "gabinete paralelo" do Palácio do Planalto, Hang fez de seu depoimento um case de marketing político e comercial ao confrontar a CPI, porque sustentou as posições negacionistas de Jair Bolsonaro e seus apoiadores, e ainda aproveitou para fazer propaganda de sua cadeia de lojas de departamentos.

Segundo o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), Hang orientava o presidente sobre condutas para o enfrentamento da pandemia e fazia parte do chamado "gabinete paralelo", supostamente o estado-maior da política de enfrentamento da pandemia executada pelo Ministério da Saúde na gestão do general Eduardo Pazuello. A grande contradição de seu depoimento foi o fato de não ter questionado o atestado de óbito de sua mãe, que morreu de covid-19, quando estava sob os cuidados da Prevent Sênior — a informação não consta como causa mortis no documento. O empresário admitiu que autorizou a utilização do chamado kit covid durante o tratamento, porém atribuiu a subnotificação a um erro do plantonista e não à intenção de omitir o fato da opinião pública.

**"Os líderes da CPI precisam levar em conta as mudanças de cenário e não perder o foco. O objetivo não é promover um carnaval midiático"**

### Outras prioridades

Mais importante do que o conteúdo do depoimento, porém, foi o circo armado pelo "velho da Havan" e o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) na própria CPI, cuja sessão foi das mais tumultuadas. Hang foi evasivo e driblou perguntas feitas pelos senadores sobre a operadora de saúde Prevent Senior, o que irritou o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), e o chamado grupo dos sete, formado por senadores de oposição e independentes. A maior utilidade do depoimento foi revelar que a atuação de empresários bolsonaristas na pandemia, a estratégia adotada pela Prevent Sênior e a política de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde estavam em linha com o propósito de Bolsonaro de manter a economia funcionando a qualquer custo, mesmo que o preço a pagar fosse o alto número de óbitos, como acabou acontecendo.

A chamada "sociedade do espetáculo" é considerada uma forma perversa de ser da sociedade de consumo. Trata-se da multiplicação de ícones e imagens, principalmente através dos meios de comunicação de massa, mas também dos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo, de tudo aquilo que falta à vida real do homem comum. É um fenômeno contemporâneo, que vem sendo estudado há mais de 50 anos, cuja característica principal é a transformação das relações entre as pessoas em imagens e espetáculo, como acontece nas redes sociais. Não existe mais um limite entre a realidade e o espetáculo.

É aí que os líderes da CPI precisam levar em conta as mudanças de cenário e tomar cuidado para não perderem o foco. O objetivo da comissão não é promover um carnaval midiático, no qual os critérios de verdade e validade acabam diluídos pela retórica do conflito político, como aconteceu na sessão de ontem. Talvez seja a hora de os integrantes da CPI priorizarem a elaboração de um relatório robusto, no qual os responsáveis pela tragédia humanitária em que se converteu a pandemia sejam apontados com rigor, bem como os crimes cometidos, devidamente tipificados e comprovados. Ou seja, é preciso partir para os "finalmentes".

## ELEIÇÕES

## PGR apura ameaça de general a pleito de 2022

O procurador-geral da República, Augusto Aras, abriu uma apuração preliminar contra o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, por ameaça à realização das eleições em 2022. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebeu, em 8 de julho, um recado de Braga Netto. Por meio de um importante interlocutor político, o general pediu para comunicar, a quem interessasse, que não haveria eleições no ano que vem sem voto impresso.

Na notificação, Aras afirma que vai apurar "possível infração político-administrativa" cometida pelo ministro da Defesa. A proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propunha o voto impresso em eleições foi rejeitada pelo Congresso no mês passado.

A decisão de Aras foi comunicada na segunda-feira ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que é relator de quatro ações contra Braga Netto. O chefe do Ministério Público Federal pede que esses outros pedidos de investigação sejam arquivados, uma vez que já há procedimento aberto na Pro-

curadoria-Geral sobre o caso. Integrantes do Supremo leram a iniciativa de Aras como uma manobra para tirar o caso das mãos da Corte. Aliado do presidente Jair Bolsonaro, o PGR tem usado desse expediente em episódios que envolvem aliados do governo.

A apuração foi instaurada no dia 26 de agosto a partir de uma notícia de fato que tramita em caráter sigiloso na PGR. O vice-procurador-geral, Humberto Jacques de Medeiros, e a subprocuradora Lindôra Araujo são os responsáveis pelo caso.

### Desinformação

Braga Netto não comentou a investigação. Na ocasião da divulgação da ameaça, divulgou nota na qual afirmou que "não se comunica com presidentes de Poderes por meio de interlocutores" e classificou-a como "desinformação". O general, no entanto, defendeu a discussão do voto impresso como "legítima".

O ministro da Defesa repetiu a mesma posição em 17 de agosto, quando foi chamado a ir à Câmara para prestar esclarecimentos

Mauro Pimentel/AFP



Braga Netto: recado a Lira exigindo voto impresso na próxima eleição

na Comissão do Trabalho, das Relações Exteriores e de Fiscalização Financeira e Controle. Parlamentares reagiram à intromissão do general nas questões da política. "Eu quero dizer que quem decide sobre o voto impresso não é vossa excelência. É o Congresso Nacional. E vossa excelência caberá obedecer. E caso não obedeça, será preso", afirmou o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que participou da audiência.

Apesar da defesa de Bolsonaro e seus aliados ao voto impresso, a Câmara rejeitou a PEC em 10 de agosto. A pauta, no entanto, não

saiu do radar do governo e permaneceu forte entre os bolsonaristas, que defenderam o projeto durante as manifestações de 7 de Setembro.

Após reações do Supremo e do Congresso às ameaças de Bolsonaro durante os atos, o presidente ensaiou um recuo e, em entrevistas, tem dito que a participação das Forças Armadas na preparação das urnas eletrônicas, segundo ele, dá garantias de que não haverá fraude nas eleições. O convite partiu do presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.